O rompimento entre a **oligarquia** paulista e a mineira no final dos anos de 1920, em razão de o presidente da República, Washington Luís, ligado à oligarquia paulista, ter indicado outro paulista para sucedê-lo, marcou o fim de uma aliança – "**a política do café com leite**" - que consistia numa aliança entre São Paulo (centro da economia cafeeira) e Minas Gerais (grande produtor de café e leite, além de ter o maior número de eleitores do país). Essa aliança estabelecia um rodízio na indicação do candidato a ser apoiado pelos dois Estados nas eleições para a Presidência da República e dominou a **cena política** durante a Primeira República. O fim desta aliança levou à constituição de outra aliança – a Aliança Liberal – formada por Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba.

Esta aliança resultou no processo que muitos historiadores chamam de "Revolução de1930", que culminou com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder. Com **Getúlio** Vargas à frente da política nacional, o nosso país passou por uma série de transformações econômicas e sociais. É neste contexto de mudanças, implantado pelo governo Vargas, que é **criado o Ministério do Trabalho**, Indústria e Comércio, por meio do Decreto nº 19.433, de 26 de novembro de 1930, assinado pelo presidente Getúlio Vargas.

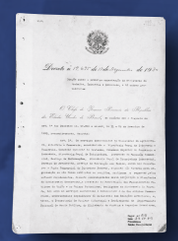
O presidente Vargas percebeu que para manter a unidade do país e realizar as reformas era preciso mediar os conflitos entre patrões e trabalhadores e construir um **pacto social** que, por um lado, garantisse a prosperidade dos negócios dos empresários e, por conseguinte, a modernização do país; e por outro assegurasse direitos sociais e trabalhistas à emergente classe trabalhadora, como a lei de sindicalização, voto secreto, voto feminino etc.



Criação do Ministério do Trabalho

A Constituição de 1934 institucionalizou outras importantes **conquistas dos trabalhadores (as)**, por exemplo: **salário mínimo**, capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, às necessidades normais do trabalhador; a jornada de trabalho de oito horas; a proibição de trabalho a menores de 14 anos, de trabalho noturno a menores de 16 anos, de trabalho em indústrias insalubres a menores de idade e às mulheres; o repouso semanal e as férias remuneradas; a indenização ao trabalhador dispensado sem justa causa; a assistência médica e sanitária ao trabalhador e à gestante, assegurando a esta descanso, antes e depois do parto, sem prejuízo do salário e do emprego; a instituição de **previdência**, mediante contribuição igual da União, do empregador e do empregado, a favor da velhice, da invalidez, da maternidade e nos casos de acidentes de trabalho ou de morte; e o reconhecimento das **convenções coletivas de trabalho**.

Todo o conjunto de leis trabalhistas esparsas criadas pelo governo Vargas foi consolidado num único documento legal, chamado de **CLT** – **Consolidação das Leis Trabalhistas**, que garantia dentre outros direitos aos trabalhadores (as) brasileiros (as) a carteira de trabalho e uma série de benefícios que dignificavam a classe trabalhadora.



Decreto nº 19.495 que dispõe sobre a primeira organização do MTIC



Carteira Profissional



Oficina escola de artes gráficas



Escola de aprendizes

leis trabalhistas